



Os Movimentos Sociais e as Rotinas de Produção da Notícia¹

Ms. Daniel Dantas²,
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Salvador/BA.
Dr. Adriano Lopes Gomes³,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN;

Resumo

Este trabalho nasce da reflexão acerca das possibilidades e impossibilidades que os movimentos sociais, especialmente os que trabalham o resgate das questões referentes aos direitos humanos, têm de penetração no espaço do campo midiático a fim de publicizar fatos e notícias de seus interesses. Fazendo uso das referências das teorias do jornalismo, especialmente aquelas que dizem respeito às rotinas de produção de notícias, *gatekeeper* e aos valores-notícia, analisa o sucesso na penetração no campo midiático do Comitê de Vítimas de Violência, de Natal (RN), no Caso Mayara. Conclui afirmando mecanismos possíveis para que os movimentos sociais construam formas alternativas para que consigam penetrar no campo midiático por meio do conhecimento das formas como se constroem as notícias e se organizam os veículos.

Palavras-chave

Jornalismo; Valores-notícia; Comunicação Comunitária; Movimentos Sociais; Direitos Humanos.

Introdução

O presente artigo nasce da reflexão acerca das possibilidades e impossibilidades que os movimentos sociais, especialmente aqueles que trabalham o resgate das questões referentes aos direitos humanos, têm de penetração no espaço do campo midiático a fim de publicizar fatos e notícias de seus interesses.

Procuraremos analisar as causas sociais como valor-notícia e perceber como se estruturam as rotinas de produção de notícia e as formas que os movimentos podem encontrar de se tornarem relevantes como critérios de noticiabilidade e de romperem os limites que impõem tais rotinas.

Para tanto, discutiremos algumas teorias do jornalismo que dizem respeito aos chamados valores-notícia, seletores ou critérios de noticiabilidade. Em seguida, apontaremos a presença desses elementos em um caso concreto de promoção de notícia

¹ Trabalho apresentado ao GT de Jornalismo, do IX Congresso Regional de Ciências da Comunicação.

² Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Profissional de Comunicação Social da Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A., danieldantas79@uol.com.br.

³ Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo feitos estudos de Pós-Doutorado na Universidade Nova de Lisboa. Docente do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, adrianogomes@cchla.ufrn.br.



da parte de um movimento social, tentando mostrar os caminhos para que outras ações como essa possam obter sucesso.

1. As Rotinas da Produção da Notícia

A ilusão construída pela ideologia jornalística é de que as notícias são verdadeiros espelhos da realidade. Traquina (2003) informa que essa ideologia se manifesta em uma das primeiras tentativas de construção teórica para o entendimento do jornalismo, a chamada Teoria do Espelho. Essa teoria se funda na noção de que o jornalista é sempre um “comunicador desinteressado” cuja missão é informar. No entanto, o avanço da pesquisa na área dos meios de comunicação foi mostrando, desde a Escola Crítica de Frankfurt até os estudos mais contemporâneos, que esta tese não passa de uma ilusão ideológica.

Perspectivas mais etnográficas de pesquisa em comunicação foram percebendo e destacando os elementos que dizem respeito às rotinas de construção da notícias. Não sendo o objetivo desde artigo discutir pormenorizadamente tais rotinas, apresentaremos algumas noções mais básicas para nos ajudarem a compreender as formas como os movimentos sociais podem interferir nessas mesmas rotinas e, desse modo, construir mecanismos para publicização de assuntos e questões que lhes interessem.

As rotinas de produção da notícia vão se estruturar em torno de três eixos básicos: a coleta, a seleção e a veiculação ao público. Nessa estrutura, o chamado *gatekeeper* é determinante. Segundo Wolf (2003), o *gatekeeper* é um sujeito ou grupo que, dentro de uma estrutura hierarquizada de um veículo de comunicação, tem o poder de definir quais as informações serão transformadas em notícias e quais não serão. Esta seleção não é uma etapa do processo, mas se inicia desde o momento da coleta de dados – ou mesmo da elaboração da pauta.

A pesquisa das rotinas de produção de notícias sempre se voltou à tentativa de se entender os critérios pelos quais as decisões de seleção são tomadas em cada etapa do trabalho jornalístico. Em geral, os autores percebem que os critérios são semelhantes em diferentes contextos culturais ou históricos.

A seleção e a forma dadas ao material que chega à redação e seu posterior tratamento editorial constituem o processo de conversão dos acontecimentos observados em notícias, entendidas como produto vendável em um veículo de comunicação.

Para Sousa (1999), as etapas de construção da notícia são a produção, circulação e objetivação. A produção é processo pelo qual são selecionados e elaborados os acontecimentos que podem se tornar notícias. Aqui entra o papel dos promotores de



notícias que conduzem os veículos a considerarem aquilo que divulgam como notícia vendável. Esse processo revela as relações entre os interesses de diferentes grupos no jogo destes campos: as empresas de comunicação e os profissionais do jornalismo, de um lado, e as fontes e o público, de outro. Assim, para Sousa (1999), os meios de comunicação convertem-se num espaço de mediação.

A circulação é o processo através do qual os temas do dia são transformados em elementos para o debate público. Segundo Sousa (1999), os públicos são capazes de estruturar o conteúdo das notícias em função das propostas explícitas ou implícitas da tematização da informação pelos veículos, mas também segundo a sua própria opinião e juízo de valor sobre os temas.

Já a objetivização diz respeito à fase em que alguns dos elementos da informação se transformam em fatores consolidados e persistentes no pensamento coletivo e, por consequência, em elementos que tomam parte da realidade social. Enquanto a circulação produz efeitos a curto prazo na formação de opinião do público, o processo de objetivização é, segundo Sousa (1999), um processo a longo prazo, que não é definido exclusivamente pela mídia, mas depende de outras situações que constroem a realidade social na qual as notícias e as informações circulam.

Um outro elemento importante na construção das notícias, segundo Traquina (2005), é a política editorial do veículo: “A política editorial influencia a disposição dos recursos da organização e a própria existência de espaços específicos dentro do produto jornalístico através de sua política de suplementos e sobretudo de rubricas” (TRAQUINA, 2005: 93).

Além disso, para entendermos como se dá a execução desse processo de produção, Traquina (2003: 99) explica que no campo jornalístico atuam três diferentes grupos de sujeitos. Os *news consumers*, ou consumidores de notícias, são o público leitor ou audiência dos veículos de comunicação. Os jornalistas são entendidos, nesta concepção apontada pelo pesquisador português, como *news assemblers*. São os divulgadores das notícias e aqueles que acabam por determinar a agenda midiática. Por fim, aparece a figura dos *news promoters*, ou promotores da notícia. São as fontes de informações e notícias utilizadas nos meios de comunicação. São elas que propõem a agenda dos veículos. Conseguem ser fontes autorizadas pessoas e instituições que detenham certa parcela de poder, especialmente ideológico, que se impõem como vozes a serem efetivamente ouvidas pelos veículos. São essas vozes, em geral, que por si só



conseguem definir um acontecimento como elemento vendável em um veículo de comunicação.

Os movimentos sociais enfrentam dificuldades na atuação no campo jornalístico com o objetivo de tornarem públicos os assuntos de seu interesse principalmente por não conseguirem, muitas vezes, serem colocados como fontes autorizadas de informação. Quer dizer, para que um movimento ganhe espaço na agenda da mídia é necessário que ele se estabeleça como um autêntico *news promoter*. E descobrir o caminho para que isso se efetive passa por entender os mecanismos das rotinas de produção de notícia, incluindo aí os chamados valores-notícia, uma vez que os movimentos a maioria das vezes se caracterizam como desprovidos de poder político, econômico ou ideológico. Assim, os movimentos sociais precisam descobrir formas de promover rupturas.

Traquina (2003) destaca a dificuldade que, na prática, já experimentaram os movimentos sociais: como dar visibilidade pública, por meio dos veículos de comunicação, aos assuntos de seu interesse? Como vencer as barreiras que a mídia parece erguer contra a concessão de espaço àqueles que fazem as lutas sociais? Diz Traquina (2003):

Os movimentos sociais com poucos recursos têm dificuldades em ver seus acontecimentos transformados em notícias. Se pretendem jogar no tabuleiro do xadrez jornalístico, precisam de ajustar o seu modo de interação organizacional aos modos das organizações estabelecidas⁴ (TRAQUINA, 2003: 112).

Segundo ainda Traquina (2003), para que os movimentos tenham acesso à cobertura midiática, dependem "da capacidade de criar um aparelho de publicitação e demonstrar sua vontade de participar na teia de faticidade que sustenta o trabalho jornalístico" (TRAQUINA, 2003: 112 – 113). Em outras palavras, os movimentos precisam entender como funcionam as rotinas de produção de notícias, assumindo-as na tentativa de construção de espaços de divulgação e publicização.

Como forma de aprofundar as noções que temos discutido acerca da produção da notícia e, também, colaborando com o nosso entendimento de que é preciso que os movimentos sociais conheçam as formas como elas se organizam e são produzidas, passamos a apresentar os critérios de noticiabilidade ou valores-notícia.

⁴ Movimentos jornalísticos, como o do jornalismo cívico nos Estados Unidos e o desenvolvimento das formas de comunicação comunitária têm tentado melhorar a inserção dos movimentos sociais e populares nos veículos midiáticos.

2. Os Valores-Notícia

Wolf (2003) define que os critérios de noticiabilidade, geralmente chamados de valores-notícia, são grupos de elementos por meio dos quais o campo midiático controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que serão selecionados para se tornarem notícias. Os valores-notícia procuram responder à pergunta: que acontecimentos são relevantes para serem transformados em notícia?

Wolf (2003) ainda diz que os valores-notícia derivam das características do seu conteúdo (critérios substantivos), da disponibilidade do material, de considerações relativas ao público e à concorrência. São os critérios substantivos para ele a *importância* e o *interesse* da notícia. O valor-notícia *importância* diz respeito ao grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável; ao impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; à quantidade de pessoas que o acontecimento envolve; e à relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação. Já o *interesse* diz respeito à imagem que o jornalista tem do público e sua capacidade de entretenimento. São interessantes as notícias de *interesse humano*, como por exemplo as histórias de gente comum que é encontrada em situação insólita; ou as histórias de homens públicos surpreendidos no dia-a-dia da sua vida privada; histórias de inversão de papéis; ou ainda as histórias de feitos excepcionais e heróicos.

Além dos critérios substantivos, Wolf (2003) também apresenta critérios relativos ao produto, ou seja, ao fato que pode se tornar notícia vendável. Esses valores dizem respeito à facilidade de o evento, acontecimento ou produto informativo estar disponível aos jornalistas, à brevidade da notícia, sua atualidade, qualidade e o equilíbrio do noticiário – ou seja, as notícias estarem bem distribuídas. Além disso, as notícias estão impregnadas pela ideologia que propugna que *bad news is good news*, ou seja, más notícias são boas notícias.

Outro tipo de valores-notícia apontado por Wolf (2003) são os que se relacionam aos próprios meios de comunicação. Nesse aspecto, aparecem, como exemplo, a possibilidade de fornecer bom material visual quando o veículo é a da televisão, e o formato, porque as notícias necessitam ser estruturadas narrativamente com começo, meio e fim.

Os últimos dois tipos de valores-notícia apresentados por Wolf (2003) têm a ver com o público e a concorrência. O primeiro parte do entendimento que a imagem que o jornalista tem do público condiciona a forma do que é dito. Nos critérios relacionados à

concorrência se incluem, na concepção de Wolf (2003), a competição pela exclusividade, provocar a publicação pelo concorrente de uma mesma notícia, semelhanças das coberturas, estabelecimento dos parâmetros profissionais por sujeitos que trabalham nos mais diversos meios de informação. Essa unidade informal dos jornalistas condiciona também uma uniformidade dos modelos de referência dos profissionais.

Luhmann (2005) denomina de seletores o que temos chamado de valores-notícia. Em primeiro lugar, ele destaca que a informação deve ser nova para que tenha mais chance de ser selecionada e se torne notícia. O autor diz que a informação “tem de quebrar as expectativas existentes ou então instituir um espaço de limitadas possibilidades que se mantém aberto” (LUHMANN, 2005: 57 – 58). Por esse motivo, a repetição de notícias pela mídia é altamente indesejada (LUHMANN, 2005: 58).

Um outro valor-notícia apontado por Luhmann (2005) é o conflito. Enquanto ainda estiver efetivamente ocorrendo, o conflito, pela incerteza que carrega, gera no expectador e no leitor uma tensão que busca ser resolvida na compreensão, fundada em um “trabalho de adivinhação” (LUHMANN, 2005: 54).

Um terceiro valor destacado por Luhmann (2005: 58) são as quantidades. Ele entende que as quantidades “são sempre informativas, porque qualquer número determinado não é nada além daquilo que é mencionado – ele não é nem maior nem menor” (LUHMANN, 2005: 58). A quantidade é um valor relevante porque seu efeito sobre o público independe deste entender ou não o contexto específico dos números.

A seguir, Luhmann (2005) apresenta como seletor a relevância local de uma informação. Em outros estudos esse valor-notícia é chamado de *proximidade* e significa que o público se interessa mais por um acontecimento mais próximo de seu próprio contexto, seja geográfica ou culturalmente. Diz Luhmann (2005) que o

fato de um cão ter mordido um carteiro só pode ser divulgado como notícia num âmbito local muito estreito. Para atingir círculos mais distantes, é preciso que toda uma matilha de cães tenha estralçado um carteiro e mesmo isso não seria noticiado em Berlim, se a coisa aconteceu em Bombaim (LUHMANN, 2005: 59 – 60).

Segundo o autor, a distância precisa ser compensada pela gravidade do acontecimento a fim de que ele se transforme em notícia.

O quinto elemento seletor das notícias apresentado por Luhmann (2005) é a *transgressão à norma*, sejam transgressões legais, sejam, especialmente, transgressões morais ou contra o que se conhece por politicamente correto. As transgressões se apresentam, no campo midiático, como escândalos. Traquina (2005), que chama esse



valor-notícia de *infração*, nos fala que, no discurso jornalístico, os escândalos se marcam lingüisticamente pela aposição do sufixo *gate* como referência ao paradigmático *Caso Watergate*⁵. Segundo Traquina (2005) este “tipo de acontecimento corresponde à situação mítica do jornalista como ‘cão de guarda’ das instituições democráticas” (TRAQUINA, 2005: 85).

Luhmann (2005) aponta que os “meios de comunicação, ao transmitir transgressões à norma e escândalos, podem produzir, mais do que de outra forma, um sentimento geral de que todos foram atingidos e estão indignados” (LUHMANN, 2005: 60). Para ele, as transgressões à norma ganham ainda mais relevância se puderem ser relacionadas a julgamentos morais, ou seja, “se elas puderem dar motivo para que pessoas sejam valorizadas ou desrespeitadas” (LUHMANN, 2005: 62). Isso significa que se um acontecimento manifestar a valorização ou o desrespeito moral contra pessoas ou instituições ganhará importante relevância como notícia.

Luhmann (2005) diz ainda que para que se tornem reconhecidas as violações, mas também para facilitar a formação da opinião no público, “os meios de comunicação preferem atribuir as violações a ações, quer dizer, a agentes” (LUHMANN, 2005: 63). Traquina (2005) chama esse valor-notícia de *personalização*. Para ele, “quanto mais personalizado é o acontecimento mais possibilidades tem de a notícia ser notada, pois facilita a identificação do acontecimento em termos ‘negativo’ ou ‘positivo’” (TRAQUINA, 2005: 92). A complexidade dos contextos que conduziram aos fatos não pode ser exaustivamente explicada nos meios de comunicação, devido aos limites do próprio veículo e da apreensão do público. Por causa disso, o acontecimento personalizado é mais facilmente divulgável, ao mesmo tempo em que sua percepção e julgamento de valor se vêm facilitados.

Luhmann (2005), como Wolf (2003), também apresenta a *atualidade* como valor-notícia importante. Quanto mais próximo no tempo – mais atual – mais valorizado do ponto de vista da notícia será um acontecimento.

Por fim, Luhmann (2005) apresenta a *manifestação de opiniões* como seletor de notícias. Como diz o pesquisador, “parte significativa do material de imprensa, de rádio e de televisão surge pelo fato de os meios de comunicação espelharem-se em si mesmos e tratarem isso como um acontecimento” (LUHMANN, 2005: 67). Esses são “acontecimentos” que jamais existiriam se não fosse a imprensa, uma vez que não são

⁵ No contexto brasileiro temos visto a utilização do sufixo “duto” no discurso midiático para se referir a escândalos de corrupção e mal-uso de verbas (por exemplo: “Valerioduto”, “Propinoduto”, “Foliaduto”. Recentemente, no entanto, ouvimos a mídia falar do “Waldomirogate” e do “Caseirogate”).

outra coisa a não ser a simples exposição da opinião dos órgãos de mídia. Assim, o mundo se enche ocasionalmente com “ruídos, iniciativas, comentários, críticas”, tomados como fatos noticiosos.

São as organizações que fazem uso desses critérios de noticiabilidade e são elas que desenvolvem rotinas próprias para a produção de notícias. Eles só têm lugar e só se dão no âmbito de organizações do campo midiático. E se apagam na hora em que somem dentro de grades de programação e de produtos jornalísticos.

Traquina (2005) apresenta os valores-notícia divididos em dois grupos: valores-notícia de seleção e valores-notícia de construção. Os valores-notícia de seleção se dividem em dois tipos principais. De um lado estão os substantivos – que se referem à sua importância mesma ou do seu interesse enquanto notícia –, e de outro estão os contextuais – que se relacionam ao contexto de produção da notícia.

Entre os valores substantivos, aparece a *morte* – “Onde há morte, há jornalistas” (TRAQUINA, 2005: 79) –; a *notoriedade* do ator principal do evento (o presidente da República é notícia mais facilmente do que uma menina atropelada); a *proximidade*, já discutida anteriormente; a *relevância*, ou seja, a capacidade que o evento tem de influir na vida das pessoas de uma dada comunidade ou país; o *tempo*, que pode aparecer na forma do valor-notícia *atualidade* ou na forma de uma efeméride que funciona como âncora para construção de uma notícia (aniversário da morte de Ayrton Senna, passagem da data do Golpe de 64); a *notabilidade*, que significa ser algo tangível ou visível para o público – às vezes, aparece na forma do *inusitado*, *incomum* ou *absurdo*; o *inesperado*, como no caso do ataque ao World Trade Center, em setembro de 2001; e, por fim, o *conflito* e a *infração*, valores-notícia já discutidos anteriormente.

Os critérios contextuais, segundo Traquina (2005), são a *disponibilidade*, ou seja, o quão fácil será fazer a cobertura do fato, uma vez que não “é possível (...) cobrir todos os acontecimentos com o envio de um jornalista” (TRAQUINA, 2005: 88) já que as empresas têm recursos limitados; o *equilíbrio*, isto é, um acontecimento pode não se tornar notícia em virtude de já ter sido noticiado antes e há pouco tempo; a *visualidade*, que tem a ver com a presença de imagens fotográficas ou televisas interessantes para ilustrar a matéria; a *concorrência*, seja na forma de não permitir que a concorrência noticie eventos de forma isolada, seja na busca do chamado “furo jornalístico”, a notícia exclusiva; e o último critério contextual é o chamado *dia noticioso*, que sublinha que um acontecimento concorre com outros por espaço de divulgação e, às vezes, vai perder espaço em virtude de um fato concorrente mais noticiável.

O último grupo de valores-notícia que Traquina (2005) apresenta são os de construção. O primeiro deles é a *simplificação*, ou seja, “quanto mais o acontecimento é desprovido de ambigüidade e de complexidade, mais possibilidades tem a notícia de ser notada e compreendida” (TRAQUINA, 2005: 91). Desse modo, os jornalistas são conduzidos a escrever de maneira simples, reduzindo a ambigüidade e qualquer polissemia do acontecimento.

Um segundo valor de construção é *amplificação*, que diz respeito ao fato de que quanto mais amplo – envolver mais sujeitos e efeitos mais efetivamente gerais – mais chance tem de se tornar notícia.

Entre os valores de construção, Traquina (2005: 91) inclui um outro que também chama de *relevância*, mas desta vez entende que relevante é uma notícia que tenha a capacidade de dar mais sentido ao acontecimento. Uma notícia será tanto mais relevante quanto maior for sua capacidade explicativa do fato noticiado.

Os últimos três valores-notícia de construção destacados por Traquina (2005) são a *personalização*, a *dramatização* e a *consonância*. Enquanto a personalização já foi discutida por nós anteriormente, a dramatização é o valor de construção que busca o reforço dos aspectos emocionais e conflituais dos acontecimentos, constituindo-os, na forma de notícias, como dramas ou relatos melodramáticos sensacionalistas. Já a consonância obedece à seguinte lógica: “quanto mais a notícia insere o acontecimento numa ‘narrativa’ já estabelecida, mais possibilidade a notícia tem de ser notada” (TRAQUINA, 2005: 93). Ou seja, esse valor de construção se refere à realidade de que um acontecimento que colabore na construção narrativa de um determinado assunto será mais facilmente noticiável. Como exemplo, podemos entender que um novo acontecimento que envolva atores de histórias de escândalo – como o “Valerioduto” – e que se relacione ainda à história tem mais chances de ser noticiado.

Vimos esse elenco de valores-notícia, seletores ou critérios de noticiabilidade por entendermos que são elementos fundamentais nas rotinas de produção das notícias. Na luta de um acontecimento para se tornar notícia vendável, os seus promotores precisam compreender como se dão esses processos de construção e como se relacionam e aparecem esses critérios definidores no intuito de realizar uma ação mais eficiente na publicização de fatos de seu interesse. Desse modo, os movimentos sociais que tentam dar visibilidade às suas ações precisam entender as regras desse jogo de construção para que não se percam as chances de penetração de seus interesses no campo midiático.



Com vistas a exemplificar como se dá esse processo de ruptura por parte de movimentos sociais, destacaremos a seguir um caso em que um movimento social – o Comitê de Vítimas de Violência, de Natal (RN) – conseguiu dar visibilidade a um assunto de seu interesse. Procuraremos analisar o caso levando em conta os valores-notícia expostos anteriormente, destacando os mais importantes para que o entendamos.

3. Movimentos Sociais como Valores-Notícia: O Caso Mayara

Em 21 de março de 1999, quando tinha oito anos de idade, a menina Regina Mayara Rodrigues foi atropelada por uma viatura da polícia militar do estado do Rio Grande do Norte. Socorrida ao hospital de emergência de Natal (RN), foi transferida para um hospital infantil, onde foi vítima de erro médico na colocação de uma válvula na sua cabeça. Em resultado, a menina sofreu graves seqüelas, tendo ficado fisicamente paralisada.

Sua família, após ter sofrido perdas irreparáveis com seu tratamento, procurou o Comitê de Vítimas de Violência, que conseguiu ajuizar uma ação contra o governo do Rio Grande do Norte. O estado foi condenado a pagar as despesas de tratamento médico ou ambulatorial da menina, mas descumpria a decisão por ocasião do fato que analisamos.

Para obter sucesso na transformação desta história em notícia, o Comitê de Vítimas de Violência se colocou no papel de *news promoter*, utilizando-se com eficiência de alguns valores-notícia com vistas a romper a barreira que as rotinas de produção da notícia impõem contra a divulgação dos fatos que são tomados como importantes pelos movimentos sociais. É a utilização desses valores na execução do material de *press-release* que vamos analisar agora.

Em primeiro lugar, o Comitê encaminhou para a imprensa o *press-release* que reproduzimos a seguir:

Estado do RN desobedece decisão judicial e prejudica recuperação de menina vítima de erro médico

Dupla fatalidade ou dupla responsabilidade do Estado? Em 21 de maio de 1999, a menina Regina Mayara Rodrigues, então aos oito anos, foi atropelada por uma viatura da Polícia Militar. Regina foi socorrida com fratura no fêmur e traumatismo craniano ao Walfredo Gurgel, de onde a encaminharam ao Hospital Infantil Varela Santiago. Então, a segunda tragédia: em vez de pôr uma válvula infantil na cabeça da menina, o cirurgião implanta uma de adulto.

Por isso, uma criança de 8 anos, perfeitamente saudável e inteligente, perde a visão, a fala e os movimentos das pernas e braços. E a família se desfaz. Obrigada a deixar o emprego para dedicar-se integralmente ao cuidado com a filha, a mãe Maria Eliane Rodrigues vende a casa e

todos os móveis e chega a morar numa favela com os outros dois filhos. O pai se vê forçado a desistir de montar um estúdio de fotografias, começa a beber muito e termina por se afastar da família. Em 25 de janeiro de 2000, o advogado Daniel Pessoa iniciou a ação por danos morais e físicos contra o Estado. O processo foi assumido depois por Valério Marinho e Luiz Antônio Carvalho, sem que nada fosse cobrado.

Diante da gravidade dos fatos e da situação de penúria da família da menina, o juiz Ibanêz Monteiro da Silva, da 2ª Vara da Fazenda Pública, concedeu rapidamente a antecipação de tutela no valor de R\$ 1 mil por mês, com multa de R\$ 2 mil/dia caso a decisão não seja cumprida. A decisão já foi confirmada inclusive no Tribunal de Justiça (processo n.001.02.001561-6, 2ª Vara de Fazenda Pública e apelação n.2004.000082-0, da 2ª Câmara Cível do TJ), determinando o pagamento de indenização à menina assim como aos seus pais e seu irmão.

A decisão judicial diz que o Estado deve pagar os custos com "as despesas de tratamento médico ou ambulatorial de REGINA MAYARA RODRIGUES DE LIMA, incluindo os custos com os estabelecimentos de saúde, transporte, estadia e alimentação que se façam necessários". O Estado não tem cumprido a decisão ao longo desses quatro anos, ao não pagar os custos dos tratamentos da menina. Regina, atualmente, precisa fazer tratamento de equoterapia e de hidroterapia para poder voltar a caminhar sozinha. Mas, o Estado não regularizou a situação, de modo que a mãe da criança – hoje adolescente – não tem como pagar os tratamentos. “Ou seja, é possível que todo o trabalho seja perdido por causa dessa desobediência do Estado à decisão judicial”, explica o advogado Daniel Pessoa.

Tendo interessado à “Tribuna do Norte”, principal jornal diário do Rio Grande do Norte, a história se transformou em notícia na edição da sexta-feira, 28 de abril de 2006. Mas, por quê? Que elementos desse acontecimento contribuíram para que uma história do interesse de um movimento social pudesse romper as barreiras que se erguem pelas rotinas de produção de notícias?

Acreditamos que as respostas a essas questões se encontram na análise dos valores-notícia que foram explorados nesse caso, dos quais destacaremos alguns. A junção desses elementos foi bem aproveitada pelo Comitê de Vítimas de Violência que obteve como resultado a efetiva publicação do fato que lhe era de interesse divulgar.

Antes de analisar o evento em si, reproduzimos a seguir o texto completo da notícia veiculada pela “Tribuna do Norte”:

Estado se nega a indenizar menor vítima de erro médico

28/04/2006 - Tribuna do Norte

Em 20 de junho de 2004 a TN publicou uma matéria envolvendo a história da menina Regina Mayara Rodrigues e sua família, que estavam esperando confirmação judicial para que o Estado pagasse a indenização relativa à fatalidade que a deixou cega, muda e sem o

movimento dos quatro membros após ser atropelada por uma viatura da PM em 1999 e tratada em hospital público. Em 2005 saiu a confirmação do Supremo Tribunal e o Estado foi multado, mas a família nunca recebeu o dinheiro.

Regina Mayara, que tinha 8 anos, quando sofreu o acidente, teve fratura no fêmur e traumatismo craniano. Foi levada ao Hospital Walfredo Gurgel, de onde foi encaminhada para o Hospital Infantil Varela Santiago, para que lhe fosse implantada uma válvula no cérebro. Mas o aparelho que colocaram na menina era para adultos, o que resultou nas perdas da visão, da fala e dos movimentos das pernas e braços.

Após ajudar a filha como pôde, Maria Eliane Rodrigues, a mãe, procurou ajuda no Comitê de Vítimas da Violência, onde recebeu ajuda judicial. “Nem sei como cheguei lá. Foi uma coisa da minha cabeça. Eu não sabia para onde correr. Estava louca”.

Com a ajuda do advogado voluntário do Comitê, Daniel Pessoa, uma ação por danos morais e físicos foi movida em janeiro de 2000 e o Tribunal de Justiça, através da decisão do juiz Ibanez Monteiro Sá, responsabilizou o Estado pelo custeio do tratamento da menina e mais a pensão mensal de mil reais para gastos com necessidades básicas. A confirmação da sentença saiu em 2005 e uma indenização de cinco mil reais deveria ser paga, mas o Estado recorreu da decisão.

Após falar pessoalmente com o ex-governador Garibaldi Alves, a mãe de Regina Mayara conseguiu que ela fosse enviada para o hospital Sara Kubitscheck, em Brasília, onde foi submetida a mais uma cirurgia no cérebro. “A doutora me disse que o que fizeram com a minha filha não foi erro médico, foi erro do médico”. Mayara já consegue falar com dificuldade e apoiar-se de pé com algum suporte. Daniel Pessoa comentou que “o que aconteceu com a menina foi um milagre”. A mãe completou: “O médico que fez a cirurgia no Varela disse que ela não tinha mais jeito. Já tinham tirado tudo do quarto onde ela estava internada, como se já fosse certo que ia morrer. E ele ainda veio me cobrar a cirurgia”.

Agora a menina precisa do tratamento terapêutico. As sessões de fisioterapia estão sendo feitas na APAE há três anos, sendo que houve interrupções por conta de problemas de depressão que as duas vêm sofrendo. “Ela me pede muita ajuda e eu não tenho como dar.”, explicou a mãe.

Eliane, que passou a ter que dar atenção para a filha, perdeu o emprego de técnica de análises clínicas, teve que vender os seus móveis e a casa e passou a morar na favela do Detran com seus três filhos. “Era o que dava para pagar com o dinheiro da tutela, porque dele a gente tirava também as parcelas para os tratamentos”. Há 3 meses a menina tem sessões de equoterapia, o que ajudou Mayara a sentar-se com postura mais ereta, sendo que apenas esse mês foi pago pela PM. A hidroterapia está suspensa há um ano.

Advogado critica posição do governo

Para Daniel Pessoa, do Comitê de Vítimas da Violência, o fato de o governo recusar-se a pagar a sua dívida não tem justificativa. Eliane contou que conversou com a secretária da governadora, mas ela lhe mandou procurar a Secretaria de Saúde, que lhe mandou de volta para o gabinete da governadora.

“Não adiantou nada. Achei a governadora na rua e fui falar com ela, mas ela só me disse que os mil reais que estava me dando já era

suficiente. Pensei que como mulher ela fosse entender”. Segundo ela, Wilma lhe respondeu que, se achasse o caso justo, seria paga a indenização. “Não deve ter achado justo, então. Mas eu não posso parar. Se a minha filha estivesse morta, aí sim, mas ela está viva. Eu preciso lutar por ela”, declarou Eliane.

Regina Mayara disse que suas atividades favoritas são dançar e cantar. “Adoro axé e o KLB”. A menina diz que sente muita saudade de ver e de andar, para poder sair mais de casa e enxergar as coisas. “Minha mãe tem me ajudado com muita fé. Sei que papai do céu está do meu lado”. Ultimamente, ela tem tido convulsões e foi levada antes de ontem ao hospital após uma crise que durou cerca de 30 minutos.

O procurador Geral do Estado, Francisco de Sales Matos, observou que a indenização ainda não foi paga pois, como o Estado recorreu, o processo ainda está sob julgamento. Quanto ao custeamento dos tratamentos, ainda não pôde fornecer resposta.

O primeiro valor-notícia que se destaca na análise da cobertura do caso Mayara é a presença de um *conflito* ou *controvérsia*. Esse valor-notícia aparece na forma de violência física ou simbólica. No caso em questão, o conflito se reveste de cores ainda mais intensas por se dar entre uma criança de classe desfavorecida e o próprio governo do estado do Rio Grande do Norte. Essa tensão atrai o público que, provavelmente, se interessa ativamente na questão e tende a tomar partido emocional ao lado da menina, contra quem se levanta a frieza do estado.

Um segundo valor-notícia que surge neste caso é a *transgressão* ou *infração*. Afinal, o estado transgrediu a norma de proteger o cidadão e, mais ainda, desobedece uma decisão judicial contra si. Frequentemente, lembra Luhmann (2005), “as transgressões das normas assumem (...) o caráter de *escândalos*” (LUHMANN, 2005: 60). Nesse caso, a posição do governo do estado se enfraqueceu ainda mais por estar ele, no período, sendo investigado por um outro escândalo que foi batizado pela imprensa de “Foliaduto”⁶.

As transgressões se tornam ainda mais importantes quando podem conduzir o público a formar julgamentos morais e quando mostram que pessoas tenham sido valorizadas ou desrespeitadas. No caso Mayara fica claro o desrespeito constante que ela e sua família têm sofrido por parte do governo do estado. Por se tratar de uma criança, acreditamos que o impacto na opinião pública seja amplificado. Além disso, essa transgressão passou a ser *personalizada* na “pessoa” do governo, identificada com a própria governadora, Wilma de Faria.

⁶ Bandas e artistas foram contratados pela fundação cultural do governo do estado para tocarem nas festas de carnaval por valores milionários, sem que tenham recebido e muitos nem chegaram a se apresentar. As investigações do Ministério Público têm mostrado que se tratava de um esquema de superfaturamento e desvio de verba pública.

Relacionado ao valor-notícia que analisamos anteriormente, aparece aquele que Traquina (2005) chama de *dramatização*. A dramatização é o reforço dos aspectos emocionais e conflituais dos acontecimentos, constituindo-os, na forma de notícias como dramas ou relatos dramáticos. Foi exatamente dessa forma que o texto do *press-release* foi composto e as mesmas cores foram conduzidas para a notícia produzida.

O último valor-notícia que queremos destacar em nossa análise é a *disponibilidade*. O caso Mayara se tornou publicável em virtude de que um *news promoter* interveio, provocando uma pauta no jornal “Tribuna do Norte”. O assunto ficou, deste modo, disponível mais facilmente para os jornalistas e suas rotinas de produção de trabalho. Isso pode nos indicar que, às vezes, o que separa um movimento social do campo midiático é a sua incapacidade de produzir material que disponibilize suas temáticas para os meios de comunicação. Às vezes, só é preciso escrever contando a história para que ela, pela facilidade de acesso à informação, se transforme em notícia vendável.

Segundo Traquina (2005), mesmo os valores-notícia sendo fundamentais na construção da notícia, a chamada política editorial do veículo é diretamente responsável pela transformação de fatos e informações em notícia. No caso Mayara, o fato de o jornal que veiculou a notícia, a “Tribuna do Norte”, ter posição claramente de oposição ao atual governo do estado contribuiu para que a história fosse divulgada como notícia, uma vez que poderia redundar em desgaste da imagem do governo⁷.

Conclusão

Ao fim deste artigo esperamos ter conseguido apresentar, ao menos parcialmente, mas de maneira satisfatória, os processos envolvidos nas rotinas de produção de notícias, apontando possibilidades que os movimentos sociais encontram de ruptura das barreiras que erguem tais processos.

Destacamos, nesse quesito, o que os autores denominam de valores-notícia, seletores ou critérios de noticiabilidade, entendidos como elementos fundamentais nas rotinas de produção das notícias.

Como exemplo do sucesso na luta por essa ruptura destacamos a ação de mídia realizada pelo Comitê de Vítimas de Violência, de Natal (RN), que conseguiu dar visibilidade ao caso Mayara. Para que isso acontecesse, em primeiro lugar, o Comitê

⁷ Mesmo que o problema descrito no caso tenha se iniciado no governo anterior, apoiado pelo jornal, a construção da matéria omitiu a explicitação dessa informação, tendendo a culpar exclusivamente o atual governo estadual pelo descaso com a menina.



precisou exercer efetivamente o papel de *news promoter* e se tornar uma fonte legitimada de informações. Esse processo, no entanto, extrapola os limites deste artigo.

Vários valores-notícia diferentes foram levantados em nossa análise para apontar as causas do sucesso dessa tentativa de disponibilização de espaço no campo midiático por parte do Comitê de Vítimas de Violência. Foram destacadas os valores do *conflito* ou *controvérsia*; a *transgressão* ou *infração* (que também é visto na forma de *escândalos*); a *personalização* e a *dramatização*; e, por último, a *disponibilidade*.

Concluimos que, muitas vezes, a distância entre um movimento social e o campo midiático é construída pela sua incapacidade de produzir material que disponibilize suas temáticas para os meios de comunicação. Haverá momentos que os movimentos só precisarão escrever suas histórias para que ela se transforme em notícia vendável.

Destacamos ainda que as questões relativas às políticas editoriais dos veículos são fundamentais na construção da notícia, e esse elemento precisa ser levado em conta no momento da produção de uma pauta.

Por fim, podemos afirmar que o discutido anteriormente, diante dos dados que analisamos, nos mostra como é possível aos movimentos sociais romper as barreiras das rotinas de produção de notícias, incluindo a percepção de quais elementos podem ser explorados na divulgação do fato com o intuito de alcançar o objetivo.

Referências bibliográficas

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. Tradução Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó, SC: Argos, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

_____. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIBUNA DO NORTE, Caderno Natal: Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/caderno.php?id=6>, acessado em 15 mai 2006.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.